

## NOTA INTRODUTÓRIA

Ao comemorar-se os 40 anos do 25 de Abril de 1974, entendeu o Centro de Estudos de Povos e Culturas da Universidade Católica Portuguesa assinalar a efeméride, dedicando um número especial da sua Revista *Povos e Culturas* à acção dos católicos no quadro da restauração democrática, nessa data ocorrida. Fê-lo, não só analisando-a nos seus antecedentes, como referenciando a sua intervenção no processo revolucionário, ou ainda, posteriormente, a propósito de muitas outras iniciativas que se encontram na raiz de um Portugal democrático. Dito de outro modo, a nossa Revista, na fidelidade ao mandato que presidiu à sua criação, tomou sobre si a responsabilidade de *oferecer narrativas inéditas ou pouco conhecidas de cidadãos católicos*, inequivocamente alinhados por um mundo civilizado que elege *o respeito genuíno da vontade popular* como o derradeiro – senão, mesmo, o definitivo – *aferidor da legitimidade da governação*.

O 25 de Abril não aconteceu por acaso; tão pouco ele se circunscreve ao golpe castrense que, naquele dia, derrubou o regime anterior. Os militares deram corpo a uma longa história de iniciativas, de tomadas de posição, de riscos e ousadias, quase sempre na clandestinidade, por isso mesmo, ainda hoje que são decorridas quatro décadas, largamente desconhecidas do grande público. Trata-se de narrativas levadas a cabo por aqueles que nunca se deixaram atemorizar com a falta de liberdade e *souberam manter viva a esperança de um país outro*, em que se *pudesse viver em democracia e ser parte activa na construção da sociedade*.

Essa luta estendeu-se por décadas, teve heróis, teve traidores, teve mártires, teve frustrações, teve momentos de exaltação. Foi um processo sociocultural de *conscientização*, feito a contra-corrente, pejado de escolhos e de alçapões. Todavia, ao contrário de abrandar ou esmorecer, ele foi crescendo até culminar no evento arrebatador, ao qual é dedicado o

presente volume, que ficaria na memória colectiva da humanidade com a *expressão primaveril de “A Revolução dos Cravos”*.

O objetivo era comum: combater um regime autista, exaurido, mergulhado na desesperança, que mantinha o povo na menoridade.

O número de católicos nobremente empenhados no fim da ditadura e pugnano pelos ideais da liberdade foi-se também incrementando, de forma significativa, ao longo dos anos, sobretudo depois de 1958. Porém, vem de muito mais longe a génese da oposição ao regime anterior por parte dos católicos. Convirá referir, no entanto, que *católico* não era, nem é, sinónimo de Igreja hierárquica, ela própria refém de contradições, dividida entre uma vassalagem dócil ao regime e as corajosas denúncias dos excessos salazaristas, as quais viriam a valer 10 anos de exílio ao então bispo do Porto.

A participação dos católicos no longo processo que veio a culminar na revolução iniciada em 25 de Abril de 1974 fazia-se, geralmente, em grupos que, umas vezes eram constituídos só por católicos, outras vezes eram de composição aberta e plural. *A geometria grupal*, dependia do tipo de iniciativas e ações que se tinham em vista.

Hoje, olhando para trás e repristinando, com o amadurecimento que só a passagem do tempo confere, o que se ousou, não sabemos como classificá-la: se foi *ousadia*, se foi *aventura*, se foi *coragem temperada pela “ingenuidade”*. “Ingenuidade”, importa-nos esclarecer, que não era inconsciência do que se intentava e do modo como isso se fazia. Bem pelo contrário, referimo-nos àquela ousadia de arriscar, sem a mira de proveitos pessoais, por uma causa que era para esses católicos imperativa, enquanto soldados ao serviço de um combate que conheciam *ab initio* como desigual, enquanto cidadãos esclarecidos, enquanto pessoas de fé inquebrantável, comprometidas com o bem público, enquanto resistentes à *outrance na trincheira das liberdades fundamentais*.

Para sucessivas vagas de católicos intervenientes, as gerações de '50, '60 e '70 – compreendendo leigos, presbíteros, bispos, religiosos, simpaticizantes, não importa, mas acima de tudo, congregando *cidadãos conscientes dos seus deveres irrenunciáveis na denúncia de injustiças ou de indignidades que feriam profundamente o valor da pessoa* –, tratava-se de um combate absolutamente central a favor de ideais que tinham, a final, em vista afirmar uma *concepção cristã do mundo*, da *polis*, e da *condição humana*.

Ao longo das páginas deste número da *Revista Povos & Culturas* ficam traços, personificados por muitos dos autores ou dos seus biogra-

fados, de um período ferozmente *censurado* de *aposta na liberdade e no humanismo personalista* (O Tempo e o Modo, o Encontro, o Tempo, a Livraria Morais, a JUC, o Centro Nacional de Cultura,...); fica, também, a memória da luta pela liberdade de povos nossos irmãos, fraternamente unidos numa *comunidade* de língua, de cultura, de religião, de história, de afectos e de sentimentos, enfim *de partilha de um modo peculiar de ver o mundo*; fica, ainda, a memória de tantos que, em nome da sua condição de cidadãos e da sua fé, nunca aceitaram *estar de joelhos diante dos homens* (parafrazeando D. António Ferreira Gomes).

Depois do 25 de Abril, os católicos naturalmente – e bem – dispersaram-se e integraram-se nas mais variadas vertentes de uma sociedade civil, desencarcerada e pujante, muitos deles ou quase todos, movidos pelas mesmas *convicções*, munidos da idêntica *fé*, impulsionados por semelhante *generosidade*. Só que, agora, num contexto manifestamente diferente. Um contexto em que já não havia lugar para a coragem, porventura “ingénua”, de oferecer resistência; bem pelo contrário, interpretado pela positiva, como oportunidade para a efectivação do sonho longamente adiado de irrestrita participação na esfera da *res publica*.

Assim, com a presente publicação, procura-se trazer a lume acontecimentos, instituições e personagens que, ligados à Igreja Católica ou comungando dos seus ideais e doutrina social, sobressaíram ao serviço de uma transição democrática do país.

No bosquejo de uma realidade ainda crítica dá-se particular ênfase ao período final do regime anterior, quando este se encontrava bloqueado, no “canto do cisne” de quatro décadas de *Estado Novo*. Passam-se, também, em revista episódios ocorridos durante a revolução bem como intervenções públicas de católicos, e da própria *Igreja*, entendida esta na sua lídima acepção de *povo de Deus*, nesse conturbado período. Por fim, acompanham-se os percursos e intervenções pós-25 de Abril de algumas personalidades marcantes na vida da *Igreja* e da política portuguesa, dando-se justo crédito ao seu *contributo para a normalização da democracia*.

Na realidade, muitos foram os especialistas e estudiosos destes temas que nos deram a sua valiosa e generosa colaboração. A temática é variada e rica e, nalguns casos, os assuntos foram já, até, objecto de dissertações de graus académicos ou de outras publicações.

Assim, alguns dos autores sintetizaram aqui, em pequenos artigos, o resultado das suas investigações. Outros, porque apenas estudiosos de matérias localizadas no tempo ou no espaço, de personalidades que se

distinguiram à época, na qualidade de testemunhas presenciais ou de intervenientes nos intensos processos transformacionais ocorridos na altura, deixaram expressas as suas fundamentadas opiniões ou ofereceram testemunhos, quantas vezes recuperados nas profundezas de memórias idas, os quais doutro modo se teriam visto perdidos na implacável lei da finitude humana.

Mas, para lá da enorme diversidade de contributos, para além das diferentes sensibilidades arroladas, sem prejuízo do exercício de um escrupuloso respeito pela liberdade de expressão de cada autor, uma coisa é certa: todas as contribuições selecionadas para este histórico volume revestem-se de uma enorme valia e, acima de tudo, de uma inequívoca marca de originalidade.

Acrescente-se, a título conclusivo, uma palavra de justo e merecido tributo ao Doutor José Augusto Pereira Neto, pela enorme paciência e meticulosidade postas ao serviço da revisão editorial e dos acabamentos de uma obra colectiva, cuja complexidade nunca será demais sublinhar.

Bem hajam e o nosso MUITO OBRIGADO a todos.

Lisboa, 1 de Dezembro de 2014

Roberto Carneiro  
*Presidente do CEPCEP*

Artur Teodoro de Matos  
Mário Ferreira Lages  
*Povos & Culturas, CEPCEP*